

# MANIFESTAÇÕES (E AUSÊNCIAS) DE PENSAMENTO CRÍTICO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO\*

## RESUMO

Busca-se identificar a presença de reflexões de natureza crítica no campo da Ciência da Informação e das disciplinas com as quais ela se relaciona mais fortemente – a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Parte-se de uma visão histórica da evolução dessas áreas, mostrando como, em suas origens, prevaleceu uma visão estritamente tecnicista e operacional. São identificados esforços específicos de construção de espaços para problematizações mais amplas, identificando-se, no momento atual, a consolidação tanto de espaços específicos para a prática crítica como também elementos críticos incorporados nas concepções gerais que permeiam o campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência da Informação. Pensamento crítico. Informação social. Perspectiva crítica da informação.

## ABSTRACT

This paper aims to identify the presence of critical reflections in the field of Information Science and correlated areas such as Library Science, Archival Science and Museum Studies. A historical overview of developments in these areas is carried out to show how a strictly technical and operational conception prevailed in its origins. Specific efforts to build wider questioning spaces are identified, and the consolidation of specific spaces for critical practice at present as well as critical elements incorporated into the general conceptions permeating the field are pointed out.

**KEYWORDS:** Information Science. Critical thinking. Social information. Critical perspective on information.

## 1 INTRODUÇÃO

O campo da Ciência da Informação, desde sua origem (ARAÚJO, 2003), encontra-se marcado por uma forte natureza

---

\* Professor da ECI/UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação.

operacional, tendendo a se preocupar com a otimização de produtos e processos e pouco se detendo na reflexão crítica. As disciplinas com as quais ela se correlaciona mais fortemente (a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia), com tradições milenares no trato com o conhecimento humano registrado (SILVA, 2006), também se viram historicamente voltadas para a instrumentalização dos processos. Apesar disso, é possível se identificar, na história do conjunto dessas áreas, importantes momentos de manifestação de pensamentos e problematizações críticas sobre a informação, sobre as instituições e sistemas de informação e sobre os diferentes usos e apropriações que ocorrem com a sua circulação.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns desses momentos, caracterizando o tipo de questionamento que apresentaram e as contribuições desses questionamentos para a evolução teórica do campo. Enfatiza-se o momento vivido pelo campo nas duas últimas décadas, em que os avanços de pesquisa têm encaminhado para o desenvolvimento científico da área e, nesse processo, também para a consolidação das perspectivas críticas.

## **2 A TRAJETÓRIA DAS DISCIPLINAS FUNDADORAS**

Desde as sociedades antigas, existem com graus diferenciados de formalização, as instituições biblioteca, arquivo e museu. Sua existência se confunde com a própria ideia de cultura, na medida em que elas representam as preocupações para com a preservação e a transmissão das experiências e conhecimentos acumulados, implicando algum tipo de inscrição material dessas experiências e conhecimentos. A origem das bibliotecas e arquivos é comumente relacionada à origem da passagem da oralidade para a escrita; a dos museus, associada ao colecionismo que marcou as grandes civilizações da Antiguidade. Em comum, elas têm a preocupação com alguma forma de intervenção sobre os registros materiais do conhecimento (LOPES CÓZAR, 2002; RUFEL, 2009; FONTANEL, 2007).

O aumento do grau de institucionalização das bibliotecas, arquivos e museus, por meio de edifícios próprios de funcionamento e pessoas se dedicando às diferentes práticas exercidas em seu interior, conduziu à criação de uma série de procedimentos e métodos, surgidos diretamente da necessidade de se lidar com os acervos dessas instituições. Tais procedimentos possuíam caráter eminentemente prático (a resolução de problemas concretos relativos à manutenção e atividade dessas instituições), e consistiram numa

experiência acumulada que tendeu a se consolidar como a base teórica das futuras disciplinas. Durante a Idade Antiga e até a Idade Média, “museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos” (ORTEGA, 2004, p. 3).

É no final da Idade Média que surgem os primeiros tratados buscando sistematizar o conjunto de conhecimentos acumulados ao longo do século, e é também naquele período que as três áreas começam a diferenciar-se. Essas especificidades foram acentuadas na tradição manualística, tecnicista, que se seguiu nos séculos XVIII e XIX.

Entre essas primeiras manifestações destacam-se *Advispouredresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, publicada em 1627, que marca a “transição da biblioteconomia empírica para a moderna prática bibliotecária” (FONSECA, 1979, p. 11); *De re diplomática*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681, que contém “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31); e *Museographia*, de Gaspar Neickel, de 1727, com conselhos e normas sobre a exposição dos objetos em museus, a maneira de conservá-los e seu estudo (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 23).

Durante a passagem para a Modernidade e logo após a Revolução Francesa, as bibliotecas, arquivos e museus se institucionalizam conforme os parâmetros do Positivismo. As bibliotecas inserem-se numa lógica liberal, que privilegia o direito à liberdade e à individualidade (MOSTAFA, 1985, p. 29), sendo um dos marcos a fundação, em 1800, da *Library of Congress* (FONSECA, 1979, p. 53). Na França, é criado em 1790 o primeiro arquivo nacional do mundo (SILVA, 2008, p. 3), vindo, logo a seguir, “a constituição de depósitos centrais de arquivos em vários lugares da Europa” (FONSECA, 2005, p. 32), movimento por meio do qual os arquivos se inserem nos projetos de construção das identidades nacionais. Já os museus assistem a um movimento que converterá em museus públicos as grandes coleções das monarquias, sendo o marco desse movimento a criação, em 1793, do Museu do Louvre, que se torna referência obrigatória para a criação dos museus nacionais europeus (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 26). Junto à ideia de civismo e de legitimação dos Estados Nacionais, surge uma “ambição pedagógica” (JULIÃO, 2006, p. 21) relacionada com a instrução dos cidadãos de cada país.

No campo da Biblioteconomia, desenvolvem-se duas grandes tradições de estudos: as vertentes “cientificista” e “humanista”

(MOSTAFA, 1985), ou “tecnicista” e “humanista” (LUCAS, 2000). A primeira dessas correntes, “voltada para a melhoria dos métodos biblioteconômicos” (MOSTAFA, 1985, p. 5), teve como marco fundador a criação da primeira associação profissional, a *American Library Association* (ALA) e a primeira escola de ensino superior, criada em 1887, na Universidade de Colúmbia. Essa tradição veio consolidar os processos de criação de normas e sistemas de caráter universal desenvolvidas ao longo do século XIX, tais como as regras de catalogação (como as de Panizzi, de 1841, e de Jewett, de 1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica (sendo a mais importante delas a de Dewey, de 1878, e também outras como as de Bliss, Brown, Cutter). Tal tradição fundamenta-se na Filosofia e na classificação das ciências, mas as classificações bibliográficas, embora preocupadas com os princípios lógicos dos processos de classificação, centram-se mais no objetivo de “dar aos livros um lugar determinado nas estantes” (BARBOSA, 1969, p. 47), buscando uma ordenação e arranjo úteis para o arquivamento e o acesso a documentos – o caráter de funcionalidade é o definidor desse tipo de classificação. No começo do século XX, uma importante contribuição para esse campo foi realizada pelo indiano Ranganathan, que propôs, em lugar dos sistemas existentes, hierárquicos e estáticos, a criação de sistemas “facetados”, isto é, flexíveis e dinâmicos, capazes de se adequar aos diferentes pontos de vista sobre o conhecimento. Apesar dessa tendência de “relativizar” as classificações, o próprio autor também propôs o seu sistema de classificação universal, conhecido como Colon Classification, em 1933. Seus trabalhos se tornam mundialmente conhecidos após sua adoção pelo *Classification Research Group* (CRG), fundado em 1948, em Londres, que passou a propor a utilização das classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas, isto é, para campos específicos do conhecimento. O grupo buscou propor, ainda, uma “ordem padrão de citação”, apresentando categorias que seriam aplicáveis a todos os ramos do conhecimento (FOSKETT, 1973, p. 158). A evolução dessas questões passa a se integrar no escopo dos processos e procedimentos que ocorrem nas bibliotecas, de forma a se ter uma medida “científica” de sua eficácia (LANCASTER, 2004). Nessa perspectiva, a Biblioteconomia “estuda os princípios racionais para realizar, com maior eficácia e menor esforço, os fins da biblioteca” (BUONOCORE, 1952, p. 37).

Paralelamente a essa corrente de estudos, desenvolveu-se um outro conjunto de reflexões, liderado pelo grupo da Universidade

de Chicago, onde se criou, na década de 1930, o primeiro doutorado na área. Autores como Butler, Shera, Nitecki e Egan desenvolvem teorias sobre o papel social das bibliotecas, constituindo a vertente “humanista” do campo (MOSTAFA, 1985), embora também esteja associada a uma tendência tecnicista, sobretudo relacionada com a adoção dos computadores nas bibliotecas. De toda forma, as reflexões desenvolvidas por esse grupo sobre o papel social das bibliotecas buscaram fundamentalmente identificar as funções que as bibliotecas deveriam desenvolver para um bom “funcionamento” da sociedade. Isso fica evidente nos tratados de prescrição do papel da biblioteca de promover a integração social, em que a biblioteca é vista como “instrumento para vencer o analfabetismo, desviar mentes jovens do vício e do crime, acelerar o progresso industrial”, sendo assim “semeadora de conhecimentos e verdades por todo o mundo” (LITTON, 1975, p. XIII). Outra manifestação dessa corrente se dá com os primeiros estudos com usuários de bibliotecas, preocupando-se com hábitos de leitura e potencial socializador da biblioteca (LEITÃO, 2005, p. 21). Nasce aí os chamados “estudos de comunidade” (FIGUEIREDO, 1994, p. 68), que buscaram, sobretudo, integrar a população imigrante no “modo de vida americano”, fazendo da biblioteca instrumento de aculturação, de difusão de conhecimentos sobre leis, higiene, saúde e comportamento social. Há ainda uma terceira manifestação dessa corrente, diretamente influenciada pela Conferência de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, promovido pela IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários) em maio de 1935, intitulada “A missão do bibliotecário”. Seu autor, o filósofo Ortega y Gasset, bastante preocupado com o fenômeno do crescimento da produção de livros, argumenta que o livro se converteu numa dificuldade, se “rebelou”, passando a ter efeitos nocivos sobre o ser humano. Para ele, as técnicas se teriam voltado contra o homem, o oprimindo. Haveria livros demais, e seria preciso então regular a produção de livros, de forma a evitar que se publicassem os “desnecessários” e que não faltassem os “necessários”. A tarefa do bibliotecário se assemelharia, nessa visão, à do higienista, do policial, do guarda de trânsito: aquele que orientaria os usuários na “selva dos livros” e evitaria a publicação do “falso livro” (ORTEGA Y GASSET, 2006).

A Arquivologia também se desenvolve a partir de duas perspectivas iniciais. A primeira delas, de natureza historicista, definida como “tradicional”, dedicou-se aos arquivos definitivos e se manifestou principalmente na França, Itália e Espanha (LOPES,

2000, p. 113). São marcos dessa abordagem a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, de 1841) e o *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898. Seguiram-se a este, outros manuais, como os de Jenkinson (1922) e Casanova (1928), sempre privilegiando “a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica” (SILVA, 1998, p. 1) e tem como princípio a ideia de que os documentos de arquivo “têm duas qualidades importantes - imparcialidade e autenticidade - as quais levam ao conhecimento da verdade” (SILVA et al, 1998, p. 126). Tidos como “laboratório da História”, os arquivos se inscrevem com uma perspectiva utilitária e instrumental para a construção da historiografia positivista centrada nos Estados Nacionais modernos, a tal ponto de se popularizar a definição de Arquivologia como “ciência auxiliar da História”.

Em meados do século XX, nos Estados Unidos, surgiu outra perspectiva arquivística, conhecida comumente como “gestão de documentos”, voltada para o tratamento dos arquivos administrativos (LOPES, 2000, p. 113). O marco teórico inaugural dessa corrente é a obra de Schellenberg, de 1956, com sua ênfase no valor primário dos documentos.

Em ambas, porém, o conhecimento produzido também era marcadamente tecnicista: consistia no acúmulo de diferentes procedimentos a serem transferidos para novas gerações, pouco se vendo de problematizações, questionamentos e experimentações relativas a essa dimensão técnico-instrumental. Tratava-se então do “equivoco tão vulgarizado, que é assumir a técnica e a prática arquivísticas como teoria, [pois] incidiam quase sempre na vertente do fazer e não do conhecer” (SILVA et al., 1998, p.18). Na avaliação de Fonseca (2005), tanto o modelo historicista quanto o administrativo se voltaram essencialmente para aspectos pragmáticos, ligados à eficácia (da pesquisa histórica, num caso; do funcionamento da máquina burocrática, no outro) e, nesse momento, a questão de ser ciência “não era prioritária” (FONSECA, 2005, p. 55).

Já no campo da Museologia, ao longo do século XIX proliferam manuais e tratados com descrições de técnicas e regras para conservação e exposição das coleções museais. Desde essa época, surgem as tentativas de se definir “Museologia” como o estudo científico dos museus e a “Museografia” como o estudo das técnicas a serem aplicadas nos museus, sendo apenas o século XX a consolidação dessa visão. Dessa produção se desenvolveram as

duas principais tradições de produção de conhecimento museológico (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006), tanto a mediterrânea de origem francesa, cujo paradigma é o Museu do Louvre, voltada para as coleções artísticas, para o deleite e a erudição, quanto a anglo-saxã, inaugurada com o British Museum (um museu de ciência e tecnologia), marcada por uma dimensão pragmática, utilitária e de educação dos públicos. Elas também espelharam diferentes tendências de construção do conhecimento no campo: a “muséologie” ou “museologia” nos países latinos e os “museumstudies” nos países anglófonos (MAIRESSE; DESVALLÉS, 2005, p. 15).

Com isso, ocorreram paralelamente dois processos de institucionalização da Museologia. Num caso, a partir da formação de cursos preparatórios nos Estados Unidos e na Inglaterra e em torno dos periódicos *Museums Journal* e *Museum Work*, tendo como principal representante Burcaw. Noutro caso, com a criação da OIM, *Office Internationaldes Musées*, em Paris, em 1926 (e sua revista *Mouseion*, de 1927), que será sucedido, em 1947, pelo ICOM, *International Council of Museums* (que passa a editar a revista *Museum*). No âmbito desse grupo, são produzidos trabalhos de teóricos como Rivière, Stransky e van Mensch.

Por detrás das duas visões, contudo, está a concepção da cultura como algo a ser administrado. No caso da França, eles servem a grandes “reconstituições do passado” no âmbito do “Estado cultural” (SILVA, 2006, p. 16), da articulação das heterogeneidades em torno de uma visão uniforme, o que se expressa muito bem como parte das “políticas públicas de cultura” (MOULINIER, 1999), em que a ideia de democratização da cultura se traduz por uma valorização de determinados elementos de uma cultura erudita a ser amplamente disseminada. A expressão “engenharia cultural” (MOLLARD, 1994) traduz muito bem esse espírito de se racionalizar os recursos e métodos para se atingir a determinados fins pré-determinados, inserindo-se os museus no escopo de um planejamento estatal mais amplo. No caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, se a intervenção estatal é menor, a ideia de civismo e de legitimação dos valores nacionais, bem como uma “ambição pedagógica” (JULIÃO, 2006, p. 21) relacionada com a instrução dos cidadãos de cada país, estão igualmente presentes. Além disso, mais voltados para o trabalho museológico, acabaram por enfatizar também a “pesquisa sobre métodos de organização, administração, conservação e apresentação museológica” (DUARTE, 2007, p. 31). Igualmente, nessa tradição, por haver uma

preocupação em atender a uma demanda, em serem efetivamente visitados, os museus acabaram por se verem muito ligados à ideia de espaço de entretenimento e, precisando de público para a sobrevivência das instituições, nesse contexto, acabaram também se convertendo em espaços de espetáculo, de consumo cultural, aderindo a uma lógica de mercado com mais ênfase em detrimento de suas funções (conforme a tradição francesa) de fruição cultural e (conforme a própria origem da tradição anglo-saxã) educativa (JULIÃO, 2006).

Pode-se perceber, no escopo das disciplinas fundadoras, que, marcadas por uma tradição custodial e tecnicista (SILVA, 2006), antes mesmo de se constituírem como campos científicos, viram-se cooptadas para a realização de projetos pedagógicos, nacionalistas, historiográficos e culturais, com pouca ou nenhuma margem de reflexão para as dimensões ideológicas e políticas envolvidas nas atividades promovidas e técnicas desenvolvidas. Mais do que isso, o desenvolvimento dessas disciplinas relacionou-se com a dimensão técnica “ignorando ou dissimulando todo o esforço de seleção, filtragem, classificação e divisão que lhe está subjacente” (LOPES, 2005, p.197), ou seja, inseriu-se plenamente na crença de um fazer “neutro” que, eliminando a reflexão sobre os sujeitos, as contradições e as realidades socioculturais, impossibilitou a emergência de pensamentos e pesquisas críticas.

### **3 CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DE UMA “CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”**

É bastante comum encontrarem-se definições de Ciência da Informação (CI) que afirmem se tratar de uma ciência surgida no pós-guerra, nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2005; DIAS, 2000; ROBREDO, 2003; SHERA; CLEVELAND, 1977), tendo como eventos fundadores a famosa International Conference on Scientific Information, realizada em Washington, em 1958; duas conferências realizadas no Instituto de Tecnologia da Geórgia, em 1961 e 1962; a criação, em 1966, do Arist, o Annual Review of Information Science and Technology; e a mudança do nome do American Documentation Institute (ADI) para American Society for Information Science (ASIS) em 1968.

Essa “primeira Ciência da Informação” teria como “pais” os pesquisadores Bush, Wiener, Shannon, Bradford e Clarke (LILLEY; TRICE, 1989), sendo três deles vinculados ao MIT (Massachusetts Institute of Technology). Tal fato se reforça com a concepção



comum de que as obras *As wemaything*, de Vannevar Bush, publicada em 1945, *Cybernetic sor controland communication in the animal and machine*, de Norbert Wiener, publicada em 1948 e *The mathematical theory of communication*, de Claude Shannon e Warren Weaver, publicada em 1949, marcariam o prenúncio do que viria a ser a Ciência da Informação (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Além disso, e a mudança do nome da ASIS para ASIS & T (incorporando a expressão “Technology”) encaminharam definitivamente para uma compreensão do campo como bastante tecnológico e operacional, voltado para uma otimização dos processos de transferência - a “efetiva comunicação” da comunicação, nos termos de Saracevic (1996). A interpretação de que os estudos experimentais no âmbito da Universidade de Cranfield e as leis da Bibliometria constituem a base científica do campo (LE COADIC, 1996) corroboram essa interpretação.

A subárea de Recuperação da Informação, que surge na década de 1950, e que chegou a ser entendida, algumas vezes, como sinônimo ou como o núcleo central da CI (SARACEVIC, 1996), voltou-se prioritariamente para a questão da medição de procedimentos para a recuperação da informação. Entre os conceitos centrais desse campo, destacam-se os de revocação e precisão. Tais conceitos operaram na lógica da probabilidade e da entropia, na busca de um ideal de recuperação que contemple uma quantidade boa de itens (exaustividade) e, ao mesmo tempo, traga itens relevantes (especificidade). Os estudos de Cranfield, que se estenderam a partir de 1957, representam um dos exemplos mais significativos de estudos experimentais, no campo da CI, a partir do conceito de informação elaborado pela teoria matemática. Vários sistemas de representação e recuperação foram testados em termos de propriedades como revocação e precisão, para testes de comparação de eficácia desses vários sistemas.

Outra subárea, a Bibliometria, consiste na aplicação de técnicas estatísticas para a contagem e estabelecimento de padrões de regularidade em itens informacionais. Inicialmente, foi estudado o número de livros, de edições, de autores que publicam em periódicos, entre outros. Desenvolvido por meio de leis empíricas desde a década de 1920 (LOTKA, BRADFORD, ZIPF), tal campo ganhou fôlego a partir da década de 1960 com as possibilidades de automação e com a criação do campo de estudos de análise de citação, com Garfield. Seguiram-se diversas teorias (teoria epidêmica do crescimento da literatura, teoria do acoplamento bibliográfico) e variações de campo de atuação (informetria,

cientometria, webometria), todos preservando a mesma lógica: de que a informação pode ser quantificada e que, por meio dessa quantificação, seria possível prever suas manifestações futuras, já que, tal como os fenômenos da natureza, ela também obedeceria a leis que regem sua existência.

Tem-se, então, o que Capurro (2003) chamou de “paradigma físico” da CI, um modelo em que a informação é vista como entidade objetiva, dotada de certas **propriamente cientificamente** observáveis e mensuráveis, sendo seu desafio a construção de sistemas eficazes para seu processamento e transferência.

Na década de 1970, a CI se desenvolve em duas direções. Uma delas é sua manifestação no escopo da UNESCO, em que, integrando bibliotecas, arquivos e museus, começa a contribuir para a construção de sistemas internacionais de cooperação e disseminação. A visão que embasa tais ações é a de que “a transferência da informação científica e técnica é condição necessária ao progresso social e econômico” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 21). Percebe-se aí, claramente, não a ideia de diálogo e cooperação, mas sim uma lógica difusionista, em que os países “centrais” iriam “ajudar” os periféricos transferindo a eles alguns conhecimentos que deveriam adotar. Diversos manuais foram publicados e a UNESCO se encarregou de financiar a ida de pesquisadores dos “países desenvolvidos”, tais como Gopinath, Mayriat, Neelameghan e Borko, a países “em desenvolvimento” para ministrarem cursos e treinarem pessoal. Tal processo se acentuou no âmbito dos processos de descolonização na África e na Ásia, que “levou várias nações europeias a desencadear ações de ajuda técnica aos países em vias de desenvolvimento, grande parte dos quais haviam sido, até pouco antes, colônias dessas mesmas nações. Daí as ‘missões’ de arquivistas levadas a cabo no âmbito da UNESCO” (SILVA et al., 1998, p.148). No escopo da Arquivologia e da Museologia, tais missões tinham por objetivo disseminar conhecimento técnico para a eficaz preservação dos acervos documentais e monumentais. Na Biblioteconomia, proliferaram serviços de extensão e acesso físico à informação, com serviços de carro biblioteca, caixa estante e centros de documentação comunitários.

Numa outra dimensão, a evolução teórica da CI levou, ao longo da década de 1970, à consolidação do “paradigma cognitivo” (CAPURRO, 2003) que buscou deslocar o foco dos sistemas para os usuários da informação. Tal modelo, desenvolvido por autores como Belkin, Dervin, Wilson e Ellis, acabou por focar apenas as

atividades mentais, recortando os usuários de qualquer condicionante sociocultural. Ao pensar num modelo de usuário que, diante de uma “lacuna” informacional ou com um “estado anômalo de conhecimento”, busca um dado da realidade para preencher esse vazio, privilegiou-se uma interpretação dos usuários apenas como processadores mecânicos de informação.

Na esteira do desenvolvimento dessa abordagem, construiu-se um conjunto de reflexões denominado “gestão do conhecimento”. A ideia base é de que as empresas e organizações não deveriam gerir apenas os recursos informacionais, os “conhecimentos explícitos” de seus funcionários, mas também os “conhecimentos tácitos”, aqueles conhecimentos que estavam “na mente” dos funcionários e que seriam igualmente importantes para constituir o “capital” de uma empresa. Alvo de críticas por talvez se constituir em mais um modismo no campo da Administração, tal proposta também foi muito questionada por representar a possibilidade de uma maior exploração dos trabalhadores, retirando deles até mesmo conhecimentos adquiridos com a prática e aumentando a possibilidade de dispensa de um trabalhador específico em troca de outro (Barbosa; Paim, 2003). De toda forma, as propostas de conversão de conhecimentos tácitos em explícitos desenvolvidas nessa abordagem acabaram por reproduzir a tendência mecanicista do paradigma cognitivo iniciado em fins da década de 1970. O que se pode perceber, pois, é que os primeiros “programas de pesquisa” (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000) da CI, o estudo dos fluxos da informação científica, a recuperação da informação, a bibliometria, os estudos de usuários e a gestão do conhecimento foram excessivamente marcados por uma lógica transmissiva, linear, mecânica, preocupados, sobretudo, com a otimização e eficácia dos processos – deixando pouco espaço para a possibilidade de formulação de pesquisas e reflexões críticas.

#### **4 OS DESENVOLVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS**

A partir da década de 1970, a aproximação da CI com as disciplinas relacionadas às instituições documentais começa a ficar evidente. Isso ocorre de forma substancial com a Biblioteconomia (é no espaço institucional da Biblioteconomia, nos cursos de graduação e associações, que a CI se instala inicialmente) e, gradualmente, com a Arquivologia e a Museologia.

Um primeiro momento importante de manifestação de um pensamento crítico na CI ocorre, ainda na década de 1970,

relacionado com uma grande aproximação com a área de Comunicação, e desenvolvida, sobretudo, na América Latina, com a chamada Teoria do Imperialismo Cultural.

O fenômeno identificado pelos pesquisadores dessa corrente, entre os quais se destaca Mattelart (ARAÚJO, 2009), constitui a ofensiva de natureza ideológica do imperialismo na América Latina, que substituiu, gradualmente, a divisão do trabalho como meio de penetração imperialista. Esse imperialismo cultural tem por objetivo a “conquista de corações e mentes”, e se caracteriza por mudar de forma e conteúdo de acordo com as fases de expansão política e econômica, e por se adaptar a diferentes realidades e contextos nacionais. O pano de fundo do desenvolvimento dessa teoria é a percepção de uma “luta internacional de classes”, a existência de uma guerra psicopolítica. Nota-se, nesse momento, tanto o aporte da noção de hegemonia, tomada do pensamento gramsciano, quanto da ideia de “aparelhos ideológicos” de Althusser.

Mattelart volta-se, então, contra as teorias em voga no momento, identificadas sob o rótulo de Teorias do Difusionismo. Tratam-se das teorias que preconizavam a necessidade de exportar o modelo de desenvolvimento dos países “avançados” para os países “atrasados” – o que se daria, no plano da comunicação e da informação, pela difusão maciça de conteúdos culturais, da substituição das formas informativas, artísticas e de entretenimento nacionais (isto é, produzidas pelos próprios países do terceiro mundo) por aquelas oriundas dos povos “modernos” e “civilizados”. Em suma, Mattelart denuncia o modo como a própria ideia de progresso (ou de modernidade, ou de desenvolvimento) converte-se em ideologia.

Mattelart e os demais autores dessa corrente de estudos se prontificam a realizar análises que denunciam a forma como o projeto de uma “integração mundial” se dá a partir de trocas desiguais: as agências de notícias, por exemplo, sediadas em quatro países de primeiro mundo, tornam-se uma espécie de “filtro obrigatório” para a cobertura de todos os acontecimentos mundiais; a indústria cinematográfica articula os polos de produção e distribuição, de forma a inibir as produções alternativas e locais. Especificamente Mattelart se volta, também, para o estudo dos crescentes financiamentos e subsídios militares e governamentais às indústrias culturais nos países do primeiro mundo, num momento em que o estudo da cultura, da informação e da comunicação cerca-se de uma dimensão estratégica e passa a ser visto como uma questão de “segurança nacional” (MATTELART; MATTELART,

1999, p. 116).

Uma outra crítica se dá à doutrina do “freeflowof communication”, defendida por setores da indústria cultural e da inteligência norte-americana. De inspiração liberal (do livre fluxo de mercadorias), a ideia preconizada é a de que os fluxos de informação e comunicação entre os diversos países do mundo devem ser completamente desregularizados, liberalizados – o que, na prática, como denunciam os teóricos do imperialismo cultural, significa que tais fluxos acabarão por ser ajustados pelo mercado, isto é, pelas forças desiguais dos países que ocupam diferentes posições no plano internacional.

Como uma espécie de evolução das preocupações dessa corrente, e constituindo um novo “programa de pesquisa” da CI, surge, ao final da década de 1980, uma subárea da CI, que inicialmente ficou conhecida como “Informação social”. Tal subárea se propôs a considerar como fundamentais, no desenho de um objeto de estudo: “a) A historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis (...); b) A totalidade dos fenômenos sociais (...); c) A tensionalidade constante que está presente na sociedade” (CARDOSO, 1994, p. 111-112). Mais ainda, a ideia de totalidade se relacionava ainda como fato de não ser possível “estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência” (CARDOSO, 1994, p. 112).

Assim, ao colocar o conflito como elemento estruturante da realidade humana, a agenda de pesquisa na área de informação mudou. Passou-se a problematizar não mais o grau de eficácia dos mecanismos de representação da informação, os procedimentos internos nas instituições de informação ou o atendimento às necessidades e lacunas cognitivas dos usuários, mas as diferenças estruturais no acesso à informação, às possibilidades sócio-históricas de estruturação de necessidades de informação, entre outros. Mais do que a adequação e o “bom funcionamento” das instituições de informação existentes em relação a uma demanda colocada externamente a elas, discutiu-se as contradições na posse e condições de uso da informação, questionando-se as prioridades das políticas informacionais (DOWBOR, 2004). Estudar a informação deixou de ser apenas uma questão técnica, tornando-se também uma questão política. Democratização, inclusão, informação como condição de cidadania tornam-se temáticas recorrentes nos estudos. “Apartação” e “brecha educacional” (BUARQUE, 2001, p. 33 e 62) são termos que passam a se vincular mais à ideia de *necessidade* e *acesso* à informação do que a

determinação de “hábitos” e “tendências” comportamentais. Com a predominância dos meios digitais à temática essencialmente tecnológica do desenvolvimento de suas funcionalidades, sobrepõe-se para essa subárea o tema da “exclusão digital” (SILVEIRA, 2001; WERTHEIN, 2000). Também se desenvolveram estudos de denúncia das dimensões ideológicas envolvidas nos processos de representação da informação. Dois exemplos recentes podem ser citados para ilustrar. Um deles é o estudo de Berman (1993) sobre a Lista de Cabeçalho de Assuntos da Library of Congress. Analisando-a, o autor identificou uma série de manifestações de etnocentrismo, machismo, racismo na maneira como se busca prescrever formas de representar e classificar documentos diversos. O outro é um trabalho sobre a Wikipedia que mostra, a partir da forma como “Palestina” e “Israel” são definidos, a forma como funcionam os grupos de poder na determinação de conteúdos da enciclopédia eletrônica (ALBA RICO, 2010).

Deve-se destacar, contudo, que o desenvolvimento dessa perspectiva crítica de estudo da informação não se desenvolveu em todo o campo, ficando restrita a uma subárea (ARAÚJO, 2003). Paralelamente ao desenvolvimento dessa subárea, contudo, no campo da CI como um todo, observa-se também uma grande mudança teórica a partir do início dos anos 1990, principalmente após o *International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, ocorrido em Tampere, Finlândia, em 1991. Daí em diante, começou a tomar corpo um paradigma “social” de estudo da informação, entendendo tal como construída por comunidades de usuários, destacando a ideia de intersubjetividade. As abordagens contemporâneas do campo têm tentado se desenvolver no esteio desse paradigma, tais como os estudos hermenêuticos do próprio Capurro e de outros como Cornelius (1996), os estudos em “análise de domínio” (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995), o “modelo pós-custodial” (SILVA, 2006), a perspectiva crítica e cultural da informação a partir do conceito de “regime de informação” (FROHMANN, 2008) e a perspectiva realista-dialética da informação (RENDÓN ROJAS, 2005). Não se tratam de abordagens marcadamente marxistas como a subárea de “Informação Social”, mas são, todas elas, voltadas para um entendimento mais complexo do papel ativo dos sujeitos nas relações com a informação, para a inserção dos fenômenos e processos informacionais nos contextos sócio-históricos concretos e no caráter reciprocamente referenciado da construção da informação e de suas representações e processamentos técnicos.

Cumpram-se destacar, ainda, manifestações de pensamento crítico nos campos específicos das três áreas com as quais a CI se relaciona. No caso da Biblioteconomia, desde a década de 1980, desenvolveram-se importantes estudos sob a égide do conceito de ação cultural associado à ideia de práxis (FLUSSER, 1983). Em vez de se propor criar bibliotecas e centros de documentação para levar livros de um lugar para outro, para “formar” as classes populares, tais estudos buscaram criar condições de produção, no seio das classes populares e grupos marginalizados, de sua própria produção bibliográfica, de forma que deixassem de ser apenas consumidores de informação e se tornassem também produtores.

Uma outra linha são os estudos que se desenvolveram a partir do conceito de “*Information Literacy*”, surgido nos EUA, em 1974. Formulado por Zurkowsky, inicialmente se relacionou com o ambiente empresarial, como competência para o uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no trabalho. Dois anos depois, Hamelink e Owens vinculavam-no à questão da cidadania, correlacionando-o com a prática de tomar decisões relativas à responsabilidade social. Foi no campo educacional, contudo, que o conceito foi problematizado, como um “esforço da classe bibliotecária para ampliar seu papel dentro das instituições educacionais” (CAMPELLO, 2003, p. 28). Nesses estudos, buscou-se superar a concepção anterior de “treinamento de usuários”, termo ligado essencialmente ao conceito de socialização e usado num sentido de um quase “adestramento”, adotando-se, por meio da noção de “competência”, um posicionamento mais ativo do sujeito em relação às suas escolhas e ao desenvolvimento de suas próprias potencialidades.

No campo da Arquivologia, **destacaram-se reflexões sobre como a crítica ao papel do Estado** que, centralizando informações, “legitima uma cultura dominante” (FONSECA, 2005, p. 48) **ou de como “os registros escritos** estavam a serviço das classes dominantes” (TARCISO, 2007, p. 96). Importantes estudos foram realizados sobre as políticas nacionais de arquivos correlacionando as dimensões técnicas àquelas históricas e sociais (JARDIM, 1995; MATTAR, 2003).

No campo específico da Museologia, o maior destaque foi o movimento da “Nova Museologia” (FERNANDÉZ, 1993, p. 24), proposta por, entre outros, Rivière e Varine (França, criadores do conceito de “ecomuseus”), Gabus (Suíça) e Cameron (Canadá). Tal movimento se institucionaliza por meio da mesa redonda promovida pela UNESCO no Chile em 1972 (que começa a discutir a ideia do

“museu integral”); da criação do ICOFOM, o Comitê de Museologia do ICOM, em 1977; do I Encontro de Ecomuseus, em Québec, em 1984; e da criação do Minom, o Movimento por uma Nova Museologia, liderado por Pierre Mayrand a partir de um encontro em Lisboa, em 1985 (DUARTE, 2007). O princípio básico da Nova Museologia é sair de uma concepção de uma ciência do museu para uma concepção de que tudo pode ser musealizável, isto é, deixar de entender o museu como um fim em si mesmo e entendê-lo como uma das formas possíveis da relação homem/sociedade (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 72). Na esteira dos movimentos de descolonização da África, do movimento negro, da descrença nas instituições educacionais e da busca pelos direitos das minorias, os museus deixam de lado a ideia de uma cultura das elites e de fatos excepcionais da história em favor de uma visão das questões da vida cotidiana, concebendo um museu voltado para o público e com função “crítica e transformadora da sociedade” (JULIÃO, 2006, p. 27). Por trás do conceito de “ecomuseu” está a concepção de “valorização das pessoas, dos territórios e do patrimônio cultural”, além da busca pela pluralidade, estabelecendo pontes entre culturas (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2006, p. 15).

Também é importante destacar o desenvolvimento da corrente de “Museologia crítica” voltada para a análise questionadora e para a denúncia das incongruências e contradições nas intervenções feitas sobre o patrimônio em nome de sua proteção (SANTACANA MESTRE; HERNÁNDEZ CARDONA, 2006; LORENTE LORENTE, 2006), promovendo um caráter de forte crítica sobre as aparentemente “neutras” e “assépticas” técnicas museológicas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evolução histórica da CI mostra que, apesar de sua origem tecnicista e positivista, houve espaço para a construção de problematizações e reflexões de natureza crítica, para além de sua função imediata de dar respostas operacionais para os problemas relacionados com o eficaz fluxo da informação. Ao mesmo tempo, o estado recente do campo tem evidenciado que, apesar de ainda existir uma grande quantidade de pesquisas voltadas exclusivamente para questões técnicas, rechaçando qualquer tipo de problematização, o próprio conceito de informação que emana das teorias recentes já conduz à necessidade de se contemplar a historicidade das técnicas, o pertencimento sociocultural dos sujeitos



e a própria noção de que a informação é construída.

É preciso se pensar, contudo, que um campo científico é constituído por pessoas, dotadas de interesses, posicionamentos e recursos desiguais para ocupar os espaços legitimados de autoridade (BOURDIEU, 1983). Nota-se, por exemplo, que, nos manuais de CI produzidos nos países anglo-saxões, não é comum encontrar-se referências à existência de teorias críticas da informação ou a um pensamento latino-americano. Além disso, na área, é muito comum a ideia de existência de um “núcleo duro” (PINHEIRO, 2000), que seria formado pelas questões técnicas e que seria o centro do campo, sendo as questões políticas, sociais e culturais da informação temas da “periferia”, menos importantes.

Há visões, por exemplo, de que o objeto do campo seriam os instrumentos de representação e classificação do conhecimento e de que se dedicar às questões públicas seria um “desvio” (ORTEGA, 2004). Recentemente, foi apresentado um trabalho argumentando que o campo deveria priorizar as questões dos instrumentos de representação e do desenvolvimento de tecnologias para consolidar sua identidade, e que temáticas ligadas à responsabilidade social, trabalho, cultura e sociedade estariam esvaziando o campo, levando-o para temas fronteiraços (a dimensão social da informação), distantes dos “objetos genuínos” (SOUZA; ALMEIDA, 2009). Nessa visão, pensa-se numa CI que deveria se constituir como uma ciência totalmente aplicada, respondendo aos problemas operacionais para a máxima eficiência dos processos de transferência de informação, e abandonar as perspectivas questionadoras, críticas, que buscassem refletir sobre suas dimensões históricas, políticas e culturais implicadas nas construções desses sistemas e nesses processos de transferência.

Enfim, são evidências diversas que mostram que o desenvolvimento de uma área científica não toma o sentido de uma evolução linear, vivendo momentos de abertura para novidades, confinando temas a subcampos específicos ou se agarrando a autoridades constituídas. Antes, constitui-se um campo de forças em disputa. No caso da Ciência da Informação, há cientistas desejosos de produzir trabalhos críticos, embora exista uma valorização maior de trabalhos de cunho tecnicista e aplicado. Nesse caso, a vontade de exercer e praticar um pensamento crítico ainda se debate com a necessidade de justificar-se como atividade científica e de argumentar sobre a legitimidade desse exercício.

## 6 REFERÊNCIAS

ALBA RICO, Santiago. Wikipedia: ni libre ni de izquierdas. **Acimed** – Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud, v. 21, n.1, jan./mar. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS**. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde, v. 3, p. 112-119, 2009.

BARBOSA, Alice. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARBOSA, Ricardo; PAIM, Ísis. Da GRI à gestão do conhecimento. In: PAIM, Ísis (org). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003, p. 7-32.

BERMAN, Sanford. **Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people**. Jefferson: MacFarland&Co., 1993.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BUARQUE, Cristóvam. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BUONOCORE, Domingo. **Elementos de bibliotecologia**. Santa Fé: Librería y Editorial Castellví, 1952.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CARDOSO, Ana Maria. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CORNELIUS, Ian. **Meaning and method in information studies**. New Jersey: Ablex, 1996.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DUARTE, Adelaide. **O Museu Nacional da Ciência e da Técnica: 1971-1976**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

FERNÁNDEZ, Luis Afonso. **Museología: introducción a La teoria y práctica del museo**. Madrid: Istmo, 1993.

FIGUEIREDO, Nice. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: Ibict, 1994.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, Edson Nery. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FONTANEL, Béatrice. **L'odysséedesmusées**. Paris: La Martinière, 2007.
- FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (orgs). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Javier. **Dos museologías**: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos. Gijón: TREA, 2006.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.1, n.6, dez. 2000.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas de informação e documentação**. Brasília: MCT/CNPq/Ibict, 1994.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de museología**. Madrid: Síntesis, 1998.
- HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward A New Horizon in Information Science: Domain Analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n.6, p. 400-425, 1995.
- JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUff, 1995.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.
- LANCASTER, Frederic. **Avaliação de serviços de biblioteca**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LE COADIC, Yves. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LEITÃO, Bárbara. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**. Niterói: Intexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- LILLEY, Dorothy; TRICE, Ronald. **A history of information science: 1945-1985**. San Diego: Academic Press, 1989.
- LITTON, Gaston. **Arte e ciência da biblioteconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.
- LOPES, João Teixeira. Notas conclusivas: os museus como terceiras culturas. In: SEMEDO, Alice; LOPES, João (org.). **Museus, discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005, p. 197-199.
- LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.
- LÓPEZ CÓZAR, E. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.
- LORENTE LORENTE, Jesús Pedro. Nuevas tendencias en la teoría museológica: a vueltas con la Museología crítica. **Museos.es**, n. 2, 2006, p. 24-33.

LUCAS, Clarinda. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. Brèvehistoire de lamuséologie: des Inscriptions au Musée virtuel. In: MARIAUX, Pierre (org). **L'object de lamuséologie**. Neuchâtel: Institut de l'artet de muséologie, 2005.

MATTAR, Eliane (org). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MOLLARD, Claude. **L'ingénierie culturelle**. Paris: PUF, 1994.

MOSTAFA, Solange. **Epistemologia da biblioteconomia**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1985 (Tese – Doutorado em Filosofia da Educação).

MOULINIER, Pierre. **Les politiques publiques de la culture en France**. Paris: PUF, 1999.

NASCIMENTO JR., José; CHAGAS, Mário. Museu e política: apontamentos de uma cartografia. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 13-17.

OLIVEIRA, Marlene de (org). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. **A missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PINHEIRO, Lena; LOUREIRO, José. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995, p. 42-53.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Infra-estrutura para pesquisa em Ciência da informação. **DatagramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.1, n.6, dez/2000.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

RUFEIL, Marta. **Manual de teoria arquivística y glosario**. Córdoba: Brujas, 2009.

SANTACANA MESTRE, Joan; HERNÁNDEZ CARDONA, Francesc. **Museologia crítica**. Gijón: TREA, 2006.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHERA, Jesse; CLEVELAND, Donald. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Washington, v. 12, 1977, p. 249-275.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da**

informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando Malheiro. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Eliezer Pires. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: **III Congresso Nacional de Arquivologia**. Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SOUSA, Renato Tarciso. Classificação. In: SANTOS, Vanderlei; INNARELLI, Humberto; SOUSA, Renato. **Arquivística**: temas contemporâneos. São Paulo: Senac, 2007.

SOUZA, Renato; ALMEIDA, Maurício. Representação do conhecimento: identidade ou esvaziamento da Ciência da informação? **IV Encontro Iberoamericano EDIBCIC**, 2009, Coimbra. Anais... Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 157-166.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

